

# Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG COM EDUARDA ESPOSITO  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## Depois de Finados

Em conversas com alguns senadores, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), tem dito que só pautará a sabatina de Jorge Messias em novembro do ano que vem. Será um recorde. O ministro André Mendonça esperou 10 meses para ser sabatinado.

## Pode vencer no voto...

... mas não na opinião pública. Oposição aposta na revolta popular contra o governo por impedir a convocação do filho do presidente Lula na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPMI) do INSS. Vai usar esse fato para tentar desgastar Lula.

## Mistério na CPMI

O vazamento de arquivos analisados pela CPMI do INSS está deixando o presidente, senador Carlos Viana (Podemos-MG), encucado. A Secretaria Geral da Mesa Diretora do Senado está investigando quem foi que vazou as informações sobre documentos que sugerem que o filho do presidente Lula, Fábio Luís Lula da Silva, teria recebido mesada do “Careca do INSS”, divulgado pelo site Poder360. Governo e oposição querem saber quem foi, já que nem os parlamentares da CPMI têm conhecimento dos documentos.

## Ordem na casa

O setor de bets comemora a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal, Nunes Marques, sobre a suspensão de leis municipais a respeito do funcionamento de casas de apostas virtuais. Marques mostrou que mais de 55 municípios criaram essas loterias em 2025, e outros 80 fizeram o mesmo nos últimos três anos. “A decisão coloca um freio de arrumação nos municípios que estavam criando regras completamente desconectadas da regulamentação federal”, afirmou à coluna Bernardo Cavalcanti Freire, consultor jurídico da Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL).

# Gilmar Mendes avisou aos líderes sobre liminar



O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes avisou a alguns líderes partidários que concederia o pedido liminar ao Solidariedade, restringindo à Procuradoria Geral da República a prerrogativa de apresentar pedidos de impeachment de ministros do Supremo Tribunal Federal. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, foi comunicado pelos seus pares. Porém, não acreditou que Gilmar Mendes tomaria essa atitude e decidiu pagar para ver. O tema estava em maturação há mais de seis meses. E, com a proximidade do período eleitoral, era preciso mudar a lei do impeachment. Os parlamentares não se mexeram. Gilmar, “que é enfermeiro que já viu sangue”, topou o desafio.

» » » » »

**Ou vota ou vota/** Nos bastidores do Congresso, ninguém tem dúvidas de que a saída agora é o próprio Congresso reformular a lei de 1950, sobre pedidos de impeachment. O problema é que, a três semanas do Natal, os senadores não têm mais tempo, nem clima para tratar de um assunto tão relevante. A ordem agora é esperar baixar a poeira e tentar buscar uma nova lei sobre impeachment antes da eleição.

## CURTIDAS

**Izalci na cobrança/** O senador Izalci Lucas (PL-DF) vai cobrar que os deputados distritais do PL, Daniel Donizet, Thiago Manzoni e Joaquim Roriz Neto assinem o pedido de abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do BRB na Câmara Legislativa do DF. O senador considera a investigação uma janela de oportunidade para fortalecer sua candidatura ao governo do DF em 2026. (Leia mais no blog da Denise).

**Diplomacia/** Logo depois da decisão de Gilmar Mendes, alguns senadores se encontraram, por acaso, com o decano do STF, Alexandre de Moraes e Edson Fachin num jantar de embaixadores. Quem estava lá viu que eles se cumprimentaram, conversaram educadamente e pediram para não ser fotografados.

**Esqueceu dela/** A decisão do ministro Flávio Dino, de suspender a liberação das emendas de Alexandre Ramagem (PL-RJ) e Eduardo Bolsonaro (PL-SP) não incluiu a Carla Zambelli (PL-SP). Enquanto não houver cassação de seu mandato, todas as emendas dela continuarão previstas, caso ela apresente.



Reprodução/Redes sociais

**Amor para a vida toda/** A família Sarney (foto) comemorou os 94 anos da ex-primeira-dama Marly Sarney. O ex-presidente da República José Sarney fez questão de postar os parabéns a d. Marly em suas redes sociais. “Hoje celebramos os 94 anos de Marly, minha companheira de toda a vida”, declarou Sarney.

**ESCÂNDALO DO INSS/** Em sua última reunião do ano, colegiado barra pedido para ouvir o indicado de Lula ao STF e também o filho do presidente, mas chama Romeu Zema e dono do Banco Master; sessão marca transição para nova fase das investigações

# CPMI rejeita ida de Messias

» ALÍCIA BERNARDES

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS realizou, ontem, a última sessão de 2025 com uma pauta marcada por derrotas e vitórias para diferentes blocos políticos.

O colegiado rejeitou sete requerimentos que pediam a convocação do advogado-geral da União e indicado ao Supremo Tribunal Federal, Jorge Messias.

Parlamentares favoráveis à sua oitiva defendiam que ele explicasse ações da AGU relacionadas aos descontos indevidos em benefícios previdenciários. Documentos citados pelos parlamentares apontam nove entidades com aumento expressivo de demandas judiciais por cobranças irregulares, mas a avaliação predominante foi de que Messias não estaria diretamente ligado ao núcleo das fraudes investigadas.

A maioria do colegiado também rejeitou a convocação do empresário Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, alvo de citação em depoimentos sobre supostos repasses ilícitos envolvendo o Instituto Nacional do Seguro Social.

A proposta para ouvir Lulinha foi apresentada pelo deputado Marcel Van Hattem (Novo-RS), que sustenta haver indícios de que o filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva teria recebido R\$ 300 mil mensais de Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como “Careca do INSS”. A denúncia veio à tona em depoimento sigiloso enviado à Polícia Federal e compartilhado com a CPMI. A testemunha afirmou ter participado do esquema e alegou perseguição por parte de Antunes. Para a base governista, entretanto, o requerimento tinha natureza exclusivamente política.

Entre as aprovações, destaque para o governador Romeu Zema, cuja família controla a Zema Fiançeira, empresa que atua na oferta de consignados. O pedido foi feito pelo deputado Rogério Correia (PT-MG), que aponta possível favorecimento da companhia por meio de medida provisória voltada ao crédito para beneficiários sociais. A defesa do governador nega envolvimento e sustenta que ele está afastado da administração da empresa desde 2018, acusando motivação eleitoral por trás da convocação.

Outro nome confirmado foi o do empresário Daniel Vercaro, dono do Banco Master, alvo da Operação Compliance Zero. A instituição contabiliza alto volume de reclamações e é investigada por fraudes bilionárias em operações de consignado. Vercaro chegou a cumprir prisão preventiva e utiliza tornozeleira eletrônica. Sua oitiva é apontada como “fundamental” pelo relator Alfredo Gaspar (União Brasil-AL).

Ao longo do dia, a CPMI ainda rejeitou pedidos para convocar a presidente do Palmeiras e executiva do Banco Crefisa, Leila Pereira, e dirigentes de instituições como Santander, C6 e PicPay. Também foi derrubado o requerimento de quebra de sigilos da Zema Crédito.

Com o fim dos trabalhos deste ano, Carlos Viana anunciou que apresentará pedido de prorrogação da CPMI por mais 60 dias. O prazo atual de funcionamento se encerra em março de 2026. “Nós não vamos dar conta de ouvir todo mundo que deveria apenas com o prazo atual”, justificou.

As atividades serão retomadas a partir de fevereiro, com foco no aprofundamento das investigações e na oitiva de novos agentes ligados às fraudes que afetam aposentados e pensionistas.

Carlos Moura/Agência Senado



A polêmica em torno da indicação de Jorge Messias para o Supremo acabou adiando o debate para 2026

# Sabatina fica para o próximo ano

» WAL LIMA

Depois de ter cancelado o calendário de apreciação da indicação presidencial do advogado-geral da União, Jorge Messias, para integrar o Supremo Tribunal Federal (STF), na última terça-feira, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), afirmou que a discussão sobre o tema, no Parlamento, ficará para 2026.

“Este ano trataremos somente de orçamento”, disse o parlamentar, sem dar detalhes, ao deixar a sessão de votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano de 2026, ontem.

Momentos depois, o líder do

governo no Congresso Nacional, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) confirmou a informação, em coletiva de imprensa. “Esse será o debate do próximo ano. Estamos a uma semana e meia de terminar o ano legislativo, com LDO e LOA (Lei Orçamentária Anual) aprovadas, que é um avanço em relação ao ano passado”, pontuou o líder.

A sabatina de Messias estava prevista para a próxima quarta-feira, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e o plenário, mas foi cancelada por Alcolumbre. No mesmo dia, o senador também criticou a demora do governo Lula para formalização da indicação. “O Senado foi

surpreendido com a ausência do envio da mensagem escrita referente à indicação, já publicada no Diário Oficial da União e amplamente anunciada. Essa omissão, de responsabilidade exclusiva do Poder Executivo, é grave e sem precedentes”, comentou Alcolumbre.

Nos bastidores do Parlamento, o comentário era que o Governo teria agido no intuito de ganhar tempo nas articulações. Sobre a situação, o ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência (Secom), Sidônio Palmeira, chegou a comentar que o governo “não tem nenhuma intenção de burlar qualquer coisa”, ao ser questionado sobre as críticas de Alcolumbre.

## Contagem de votos

Messias terá que ser sabatinado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) antes de ter sua indicação apreciada em Plenário. Pela última projeção, Messias contava com apenas 30 votos a seu favor.

Além de ser aprovado na sabatina da CCJ, o indicado também precisa ter o nome confirmado no Plenário, com maioria absoluta de votos, ou seja, aprovação de pelo menos 41 senadores. O presidente da CCJ é o senador Otto Alencar (PSD-BA) e o relator da indicação, o senador Weverton (PDT-MA).



Esse será o debate do próximo ano. Estamos a uma semana e meia de terminar o ano legislativo, com LDO e LOA aprovadas, que é um avanço em relação ao ano passado"

**Randolfe Rodrigues (PT-AP),** líder do governo no Congresso